

***Comida (que se) extraña* - notas sobre a produção de insegurança alimentar na fronteira norte do Brasil**

Comida (que se) extraña: notes on the production of food insecurity in the Northern border of Brazil

*Laís Meneguello Bressan**
*Juliana Viégas Gomes***

1 INTRODUÇÃO

O fluxo de nacionais da Venezuela para o Brasil é o maior dentre todas as migrações internacionais deste século ao país. Entradas diárias de pessoas seguem ocorrendo de forma perene, em maior ou menor intensidade, a depender do período, desde que as primeiras pessoas começaram a cruzar a fronteira norte do Brasil em 2015, em busca de comida e segurança.

Esta reflexão busca trazer profundidade às narrativas de segurança e insegurança alimentar apresentadas pelos diferentes atores envolvidos no gerenciamento da chamada *crise humanitária* em solo brasileiro. Afinal, tais narrativas vêm, há quase 10 anos, sendo mobilizadas por diferentes atores, levando-nos a refletir sobre a quem de fato elas servem. A necessidade de assistência imediata a venezuelanos e pessoas migrantes de modo geral é inquestionável. Porém, é tanto possível quanto necessário que tratemos a questão migratória para além da narrativa reducionista de crise migratória, reproduzida por representantes de diferentes instâncias governamentais e de agências internacionais – e que, como veremos, serve o propósito de produzir sujeitos vulneráveis e dependentes da tutela humanitária que condiciona suas rotas.

* Doutoranda em Antropologia pelo Institut de Hautes Études Internationales et du Développement (IHEID) - Genebra, Suíça. Mestra em Antropologia pela mesma instituição e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - São Carlos, Brasil.

** Mestranda em Antropologia e Sociologia do Desenvolvimento do Institute des Hautes Études Internationales et du Développement (IHEID - Genebra).

Levando-se em conta que o Brasil raramente é o destino de primeira escolha de pessoas migrantes, mas o destino de mais fácil e econômico acesso, é comum que nacionais da Venezuela cheguem em território brasileiro em condições de extrema vulnerabilidade e com recursos limitados – grande parte dos quais são utilizados durante o próprio trajeto para o país.

O intenso fluxo migratório estabeleceu rotas inseguras, com inúmeros relatos de pessoas que foram roubadas ou extorquidas por diferentes grupos ao longo da jornada. Soma-se a isso o fato de, chegando ao Brasil, os venezuelanos passarem a ser vítimas de xenofobia por parte, inclusive, de governantes. Em 2018, a então governadora de Roraima, Suely Campos, entrou com uma Ação Civil Originária (ACO 3121) no Supremo Tribunal Federal (STF), solicitando fechamento temporário da fronteira e requisitando que a União assumisse o controle sanitário e policial da entrada dos venezuelanos e custeasse os gastos com o aumento de demandas por serviço público. Àquela altura, o governo de Roraima alegava que sua demanda pelo fechamento da fronteira pautava-se, para além da preocupação com os gastos públicos, em elementos como o risco de “possíveis epidemias” e o “aumento da criminalidade”.

Tais demandas levaram à institucionalização de um modelo de recepção e assistência operacionalizado pelo governo brasileiro, que funciona através da militarização de programas pautados no humanitarismo, como a Operação Acolhida. A referida operação é coordenada pelo Exército brasileiro, que atua a partir do tripé “ordenar a fronteira, abrigar e interiorizar os imigrantes” (MAGNO DE OLIVEIRA, 2022, p. 93) – e um aspecto importante da logística deste programa são as parcerias e acordos com agências internacionais, sociedade civil e organizações religiosas, responsáveis pela gestão dos abrigos, bem como pela prestação de diferentes serviços de apoio e assistência aos migrantes.

Essa estrutura, que não abarca toda a demanda por abrigo, oferece também serviços de documentação, assistência médica, alimentação e higiene¹, o que produz cenários que, ao mesmo tempo, apoiam-se nesses serviços e transbordam para outras áreas das cidades e para cidades vizinhas, como no caso das moradias coletivas em prédios ocupados e das pessoas em situação de rua, que também utilizam esses serviços.

Diante do cenário desta prolongada situação de emergência, este artigo apresenta um mergulho na questão da qualidade da alimentação a que tem acesso a população venezuelana, tanto a que reside na Região Norte do Brasil quanto a que transita por lá. Aprofundar esta reflexão abre espaço para ensaiarmos maneiras social, econômica e ambientalmente mais sustentáveis de se abordar um fenômeno enquadrado pela lógica humanitário-emergencial de gestão da mobilidade humana, no Brasil e no mundo.

2 METODOLOGIA

No primeiro semestre de 2019 e no primeiro semestre de 2020, fomos contratadas por uma organização internacional do terceiro setor para produzir dados que contribuiriam para o aprimoramento de suas ações na fronteira norte do Brasil com a Venezuela. O objetivo do contratante era criar estratégias mais eficazes de assistência alimentar para a população venezuelana que, fugindo da escassez e da instabilidade, cruzava a fronteira em busca de condições mais dignas de vida.

Nos dois momentos, a organização solicitou que produzíssemos um diagnóstico que avaliasse o grau de segurança alimentar de venezuelanos que haviam cruzado a fronteira norte com o Brasil, apresentando dados desagregados por raça – indígenas ou crioulos (termo êmico para venezuelanos não indígenas); e local de moradia no Brasil, subdivididos nas categorias: casa (alugada ou de favor), abrigo, ocupação e rua.

As coletas de dados ocorreram ao longo de 45 dias e foram conduzidas por meio de uma abordagem metodológica híbrida, incluindo entrevistas do tipo *survey* e em profundidade, observação participante, mapeamento e análise detalhada do acesso e da qualidade da alimentação nos diferentes locais de moradia investigados. Os estudos abarcaram as cidades de Pacaraima e Boa Vista, em Roraima; Belém, no Pará; e Manaus, no Amazonas.

Este trabalho apresenta reflexões construídas a partir dos dados coletados nos dois momentos, comparados com relatos atuais do mesmo contexto, como os encontrados no artigo *Comida estragada, desnutrição e calor: denúncias nos abrigos da Operação Acolhida* (CUSTÓDIO, 2024) de julho de 2024, parte de uma série de reportagens investigativas da Agência Pública apresentadas sob o título *Segredos da Operação Acolhida* (Agência Pública, 2024); ou no artigo *Empresa é acusada de tirar itens básicos de refeições de migrantes e diz que denúncia é mentirosa*, veiculada pela Folha BV em abril de 2024.

A partir deste exercício, concluímos que os dados coletados em 2019 e 2020, bem como as reflexões construídas a partir deles, seguem mais pertinentes do que gostaríamos, a despeito da passagem dos anos, o que nos leva, ao fim deste texto, a refletir sobre a pergunta: a quem serve a narrativa de crise migratória?

3 A CRISE DE SEGURANÇA ALIMENTAR

Antes da crise econômica e política que desencadeou a atual diáspora da população venezuelana, a Venezuela costumava ser um polo de atração de migrantes internacionais, sem forte tradição de emigração. O agravamento

da situação econômica do país, causado por uma complexa trama de disputas que se seguiram à morte de Hugo Chávez em 2013, levou milhões de venezuelanos a buscar alternativas para seguirem suas vidas.

O intenso fluxo migratório que se seguiu levou a Venezuela a se tornar o quarto país com mais cidadãos solicitando refúgio em 2017 (R4V, 2024). Segundo a R4V (*Response for Venezuelans*), plataforma regional de coordenação interinstitucional que informa os esforços regionais por uma resposta coordenada a este fluxo migratório, em junho de 2024, havia 369.826 venezuelanos reconhecidos como refugiados desde 2018 e mais 1.318.912 com solicitações de asilo pendentes (*ibid.*). No Brasil, de 2017 a 2024, o número de refugiados venezuelanos superou o de refugiados sírios, e tornou-se a maior população de refugiados do país.

Para o presente relato, é importante frisar que o movimento de venezuelanos ao exterior está intrinsecamente relacionado à sua busca por segurança alimentar. Diferentes entrevistados para a pesquisa que deu origem a este relato descreveram o fato de, na Venezuela, precisarem trabalhar por todo o mês para ter o suficiente para comprar comida para uma semana, enquanto no Brasil, ao menos, “*qualquer pequena quantia de dinheiro arrecadada nas ruas é o suficiente para se comprar um pouco de comida*” (Mulher de 32 anos, Boa Vista, Ocupação da Antiga Secretária de Educação, fevereiro de 2020, *tradução nossa*).

A escassez, produzida pela soma de sanções e disputas políticas, levou à inflação, à pobreza e à fome. O que, então, restou a essas pessoas senão buscar na migração a garantia do direito à alimentação adequada – um direito humano básico, segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos?

A falta de alimentos inicia um ciclo de vulnerabilidade social, exposição a doenças e perda de dignidade humana. Na busca por condições menos degradantes, muitas pessoas veem a migração como uma possibilidade para suprir as necessidades imediatas de sua família. Vejamos o depoimento, abaixo.

Vendi minha casa e o dinheiro que recebi foi suficiente para vir e trazer minha esposa e meus filhos. É isso. (...) Agora consegui trazer minha mãe e minhas irmãs mais novas porque minha mãe precisava de assistência médica contínua e minhas irmãs estavam começando a apresentar sinais de desnutrição na Venezuela. (Homem de 26 anos, Boa Vista, Ocupação Totozão, fevereiro de 2020, *tradução nossa*).

Nesse contexto, a emigração venezuelana tem sido considerada, portanto, um movimento de migração forçada, uma vez que aqueles que

se deslocam fogem de uma situação que não garante/respeita seus direitos humanos fundamentais. Em outro relato, uma mulher entrevistada descreve os contornos da terrível condição alimentar e social em que vivia na Venezuela.

Íamos de manhã cedo aos mercados próximos para entrar na fila para comprar o que quer que eles tivessem naquele dia. Nem sabíamos o que ou se conseguiríamos alguma coisa (Mulher de 38 anos, Boa Vista, Ocupação Criança Feliz, fevereiro de 2020, tradução nossa).

A insegurança acompanha os migrantes ao longo de suas jornadas: pessoas perdem tudo para milícias, assaltantes, guardas nacionais que se aproveitam do estado de vulnerabilidade dos viajantes que muitas vezes chegam famintos, doentes, sujos, exaustos – algo que pudemos testemunhar na fronteira.

Os venezuelanos chegam ao Brasil sentindo-se degradados e carregados de tristeza, sobretudo pelos familiares que ficaram na Venezuela, que, por diversas razões, não puderam acompanhá-los. Logo que chegam, muitos têm a intenção de não se afastar da fronteira para ficarem próximos destes familiares e poder enviar-lhes alimentos.

No que tange à chegada destas pessoas ao Brasil, buscamos também, através deste trabalho, apontar para a importância da mudança nas lentes exclusivamente humanitárias, importadas de e operacionalizadas por países do Norte – por meio das agências internacionais que operam a partir de uma mentalidade colonial – através das quais enxergamos estas pessoas, agora detentoras de direitos no Brasil. A mudança paradigmática, consequentemente, estimularia o combate aos imaginários xenófobos que impedem as pessoas migrantes de contribuírem de forma segura e digna com a sociedade nas quais estão inseridas.

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR DE VENEZUELANOS RECÉM-CHEGADOS AO BRASIL

A seguir, listamos os principais achados do conjunto de dados coletados entre 2019 e 2020. Os dados apresentam a situação socioeconômica dos entrevistados, bem como panorama das condições de insegurança alimentar vivenciadas por eles desde sua chegada no Brasil, e as estratégias de sobrevivência adotadas por essa população em diferentes contextos de vulnerabilidade:

Tamanho da amostra, 2019: 285 respondentes;

Tamanho da amostra, 2020: 470 respondentes;

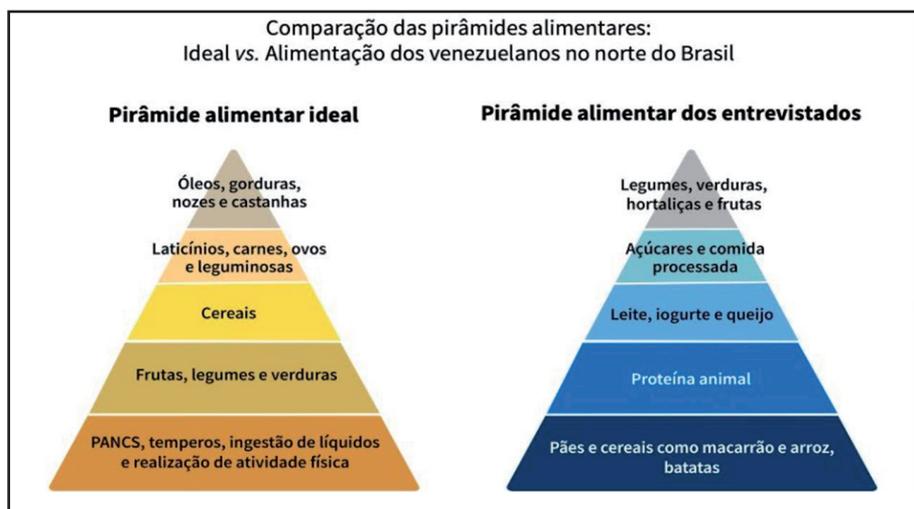
1. 63,8% das respondentes foram mulheres acompanhadas de família no Brasil; a maioria se declarou parda; gastaram quase tudo o que tinham na viagem; o Brasil foi a opção mais fácil/barata;
2. Tempo médio no Brasil: 1 ano.
3. 40% dos entrevistados estavam no Brasil enquanto migrante transfronteiriço, 26% tinham o status de refugiado e 21% eram solicitantes de refúgio. 13% dos entrevistados não souberam responder a esta pergunta.
4. 67% dos entrevistados estavam desempregados no Brasil, vivendo de assistência humanitária e da ajuda de civis;
5. Na Venezuela, 86% das pessoas em idade economicamente ativa estavam empregadas antes de emigrar para o Brasil;
6. Pessoas que viviam em abrigos não chegavam a um nível crítico de fome, pois havia a garantia de todas as refeições naqueles espaços. Entretanto, a variedade, a qualidade e as necessidades especiais as levam a continuar buscando outras formas de adquirir comida.
7. Famílias que vivem em casas alugadas continuam em situação precária, pois grande parte da renda é comprometida com o pagamento de aluguel e contas básicas, dificultando a compra de alimentos. Não é raro estas pessoas recorrerem a espaços onde há distribuição de alimentos.
8. Venezuelanos em situação de rua dependem de doações e da distribuição de refeições em espaços públicos, mas a quantidade de alimentos distribuída nem sempre é suficiente para atender a demanda. Estratégias de sobrevivência incluem a busca por trabalhos informais, venda de materiais recicláveis e pedidos de auxílio em instituições de apoio.
9. Embora a maioria das pessoas afirme não ter acesso suficiente à comida atualmente, elas raramente vivenciaram uma situação de falta de comida no Brasil, uma vez que existem diferentes estratégias às quais recorrem nessas situações: pedir ajuda nas ruas ou em instituições, procurar um emprego de meio período, vender latas de metal para reciclagem etc. O acesso a produtos de higiene, entretanto, foi um ponto de maior atenção, já que a comida é prioridade e não há uma distribuição consistente desses produtos.

Durante a aplicação do *survey*, aprofundamos nossos conhecimentos acerca da qualidade nutricional, da distribuição e dos aspectos culturais e emocionais do consumo de diferentes alimentos nas pessoas de origem venezuelana recém-chegadas ao Brasil.

Nos abrigos, três refeições são garantidas diariamente. Porém, elas são pouco diversas, compostas por itens repetitivos, ultraprocessados – sobretudo no caso de sucos e bebidas lácteas para crianças – e, conseqüentemente, de baixo valor nutricional e afetivo. Nas ocupações e nas ruas, onde a logística de distribuição de alimentos é ainda mais precária e limitada, a falta de regularidade, condições materiais e higiênicas, bem como a baixa qualidade nutricional dos alimentos disponíveis, comprometem severamente a segurança alimentar, deixando essas populações em situação de extrema vulnerabilidade.

Durante a análise dos dados coletados, a partir das perguntas “O que você mais come diariamente?” e “O que as crianças da sua família mais comem diariamente?”, construímos a pirâmide alimentar desta população, a fim de compará-la com a pirâmide alimentar ideal, sugerida por nutricionistas (PHILIPPI, 2015), exercício que nos revelou um importante desequilíbrio, como se vê na Figura 1:

Figura 1 – Comparação das pirâmides alimentares: Ideal vs. Alimentação dos venezuelanos no norte do Brasil



Fonte: Elaboração própria a partir da sistematização dos dados de pesquisa survey, 2020.

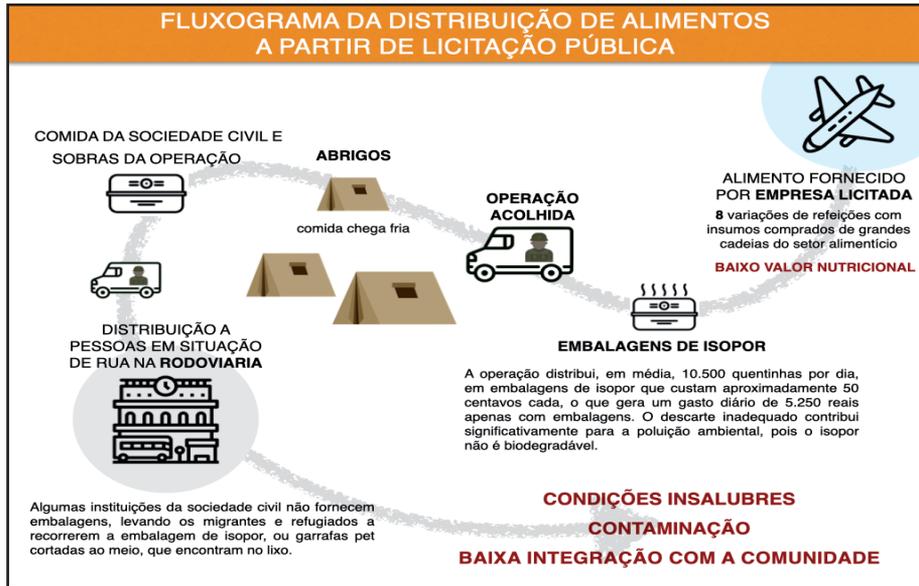
A distribuição de alimentos aos abrigos se dá por meio de contratos milionários e processos licitatórios² recheados de disputas e controvérsias – vindo frequentemente à tona denúncias e acusações com relação a estes contratos (LUCKEZIE, 2024a; LUCKEZIE, 2024b). Temos, por exemplo, o caso de uma das últimas empresas a ganhar esta licitação para a distribuição de alimentos. A empresa vencedora era “investigada por servir comida de má qualidade em presídios do Ceará” (LUCKEZIE, 2024b).

Abaixo, consta a descrição deste contexto que elaboramos em 2020, a partir de observação participante e de entrevistas com representantes da Operação Acolhida e com venezuelanos usuários destes serviços:

Os menus são alterados diariamente, sempre dentro de 8 opções que, em um ano, um indivíduo comerá 92 vezes aproximadamente. Tais opções, que pouco diferem entre si, são tipicamente compostas por arroz, feijão, salada (comumente indisponível, apesar de constar no cardápio), uma verdura (comumente indisponível, apesar de constar no cardápio) e uma proteína animal. Por terem sido acordadas em contrato, as opções de alimentos não podem ser significativamente alteradas, apenas minimamente ajustadas desde que dentro do conjunto de ingredientes anteriormente aprovados, como mostram (...) duas notas manuscritas [a que tivemos acesso] de substituições de carne vermelha por frango, conforme demanda dos habitantes do abrigo indígena Janokoida³ em Pacaraima. Os alimentos distribuídos aos abrigos pela [EMPRESA CONTRATADA] são servidos em recipientes individuais de isopor, preparados na sede da empresa. Dentro dos abrigos, a distribuição é feita pelo Exército Nacional. Em Boa Vista, o Exército Nacional também coleta diariamente as sobras de alimentos dos abrigos, para serem distribuídas na rodoviária ao final do dia. Em Pacaraima, o alimento excedente é doado a uma organização local que alimenta animais de rua.

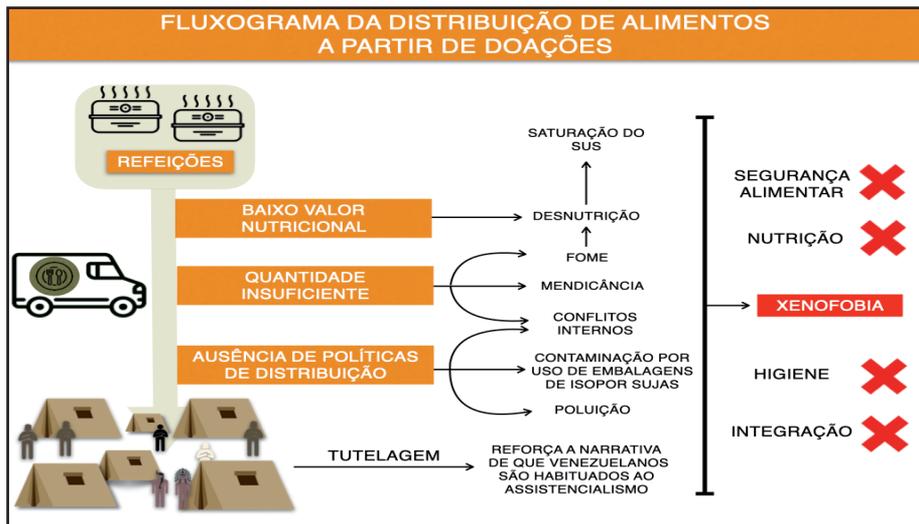
Após compreendermos a forma como os alimentos são comprados e distribuídos, a partir de observação participante e de relatos coletados nos espaços em que as distribuições ocorrem, desenhamos os fluxogramas abaixo (Figuras 2 e 3):

Figura 2 - Caso A - Fluxograma da distribuição de alimentos a partir de licitação pública



Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas e do acompanhamento da distribuição de alimentos nos abrigos, conduzida pelo exército nacional, 2020.

Figura 3 - Caso B - Fluxograma da distribuição de alimentos a partir de doações



Fonte: Elaboração própria a partir da observação da distribuição de alimentos na Ocupação Ka'Ubanoko⁴, 2020

Nos dois casos, identificamos na distribuição um importante gargalo. No caso A, as sobras dos alimentos dos abrigos eram levadas para posterior distribuição na Rodoviária. Esta segunda distribuição, no entanto, era majoritariamente feita sem a disponibilização de embalagens individuais, ficando a cargo das pessoas levarem seus recipientes para receber o alimento. Muitos relatos – de representantes do Exército e de nacionais da Venezuela – apontaram para o fato de as pessoas levarem embalagens mal higienizadas, contaminadas (muitas vezes coletadas dos lixos acumulados das próprias quentinhas distribuídas nos abrigos), que desencadearam diferentes ondas de intoxicação alimentar e consequente saturação do sistema público de saúde local⁵.

No caso B, presenciamos a dinâmica de tensão que se forma por conta da insuficiência de alimentos em termos quantitativos. No exemplo ilustrado da Ocupação Ka’ubanoko, pudemos testemunhar o processo de formação de enormes filas horas antes de a distribuição de alimentos ser iniciada. Além disso, reunimos relatos sobre a forma como os moradores buscavam se auto-organizar para que grupos diferentes acessassem diferentes refeições. “Duas horas antes da distribuição do café da manhã começar, a fila do almoço já começa a se formar aqui ao lado”, apontou um venezuelano que também descreveu a dificuldade de se ficar, diariamente, por horas em uma fila exposta ao sol quente e ao calor extremo para se garantir um prato de comida.

Outro importante gargalo que identificamos foi a questão da alimentação infantil. Crianças na primeira infância apresentam dificuldade com a alimentação repetitiva, exclusivamente baseada em arroz, feijão e proteína animal – sobretudo quando consideramos ser linguiça calabresa, naquele momento, a proteína mais comum das quentinhas oferecidas pelos abrigos. Várias famílias apontaram para a ausência de alternativas mais adequadas para crianças, especialmente porque as bebidas ultraprocessadas ofertadas continham um alto teor de açúcar, não sendo apropriadas para o consumo diário infantil. Respondentes que tinham crianças na primeira infância sob sua responsabilidade apontaram para um desejo de se receber leite puro, aveia e milho para cozinhar e ofertar mingau às crianças no café da manhã, por exemplo. Indicaram também procurarem caminhos paralelos para se aumentar a qualidade da alimentação infantil – pedindo ajuda nas ruas, buscando diárias de trabalho de diversas naturezas (limpeza, cuidado, jardinagem etc.), vendendo latas, doces, cigarros, café nas ruas. Tudo para “garantir o leite para as crianças”.

Para crianças maiores, a pouca variedade de refeições oferecidas nos abrigos também surgiu como um problema. Diversos relatos abordaram o fato de crianças terem, em algum momento, parado de comer as refeições disponibilizadas por terem passado mal após consumi-las. As mães afirmaram que gostariam que as crianças pudessem receber leite e frutas em maior quantidade e variedade, já que sinais de desnutrição infantil⁶ pareciam ocorrer com frequência⁷.

Naquele momento, compreendemos que enquanto existia uma melhora quantitativa na segurança alimentar desta população, uma vez que esses indivíduos não estavam morrendo de fome, a falta de diversificação de ingredientes era um problema real para aqueles que dependiam regularmente daquela provisão regular de alimentos. Muitos respondentes declararam que, embora muito gratos ao país, não conseguiam mais se sentir satisfeitos com a comida a que tinham acesso. Diziam que se sentiam saturados com as opções e a falta de sabor da comida, ao ponto de, por vezes, começarem a pular/espaaçar refeições.

Ainda sobre os itens alimentares recebidos na Operação, a população venezuelana, sobretudo indígena, apontou para a falta de costume do consumo diário de carne vermelha, especialmente a suína. Os abrigados em Boa Vista e Pacaraima recebiam/recebem proteína animal cozida (sobretudo carne vermelha) em todas as quentinhas; enquanto em alguns abrigos de Manaus e Belém, os abrigados (de maioria indígena) recebiam proteína animal enlatada. Ademais, vários entrevistados mencionaram sentir muita falta dos temperos usados na Venezuela, bem como de algum tipo de caldo para “dar vida”/“atribuir alma” à comida. A segura das refeições prontas foi recorrentemente descrita como um dos principais fatores que as tornavam intragáveis a longo prazo. Várias pessoas disseram que gostariam de ter acesso a sopas, ensopados, guisados/cozidos e afins.

Nos abrigos ou nas ruas, questionados em campo aberto sobre os tipos de alimentos consumidos regularmente, enquanto muitos simplesmente respondiam “comida do abrigo” ou “comida da rodoviária”, outros respondiam elementos populares da culinária venezuelana/latino-americana como arepas, tamales, ou comida caldosa, referindo-se ao passado de que tanto sentiam falta.

As respostas “salsicha” e “macarrão” foram também muito recorrentes, produtos que, segundo os donos de mercados frequentados por venezuelanos, a quem também entrevistamos nas três cidades, eram os itens mais comprados por eles – “É o que dá para comprar com o dinheiro que conseguem com seus trabalhos informais ou pedindo nas ruas”. Para mitigar o cansaço com a alimentação disponibilizada nos espaços da Operação Acolhida, venezuelanos buscavam diversificar a ingestão de alimentos quando possível, através do consumo de alimentos ultraprocessados e de baixo valor nutricional a que seus recursos permitiam acesso, recursos esses adquiridos por meio da execução de diárias de trabalho ou da coleta – termo utilizado pelos venezuelanos para descrever a mendicância. A história de um venezuelano de 40 anos que vivia em um abrigo em Manaus elucidava essa dinâmica:

O entrevistado disse andar 20 km por dia, em média, em busca de diárias de trabalho. O abrigo fica longe do centro da cidade e é preciso andar muito para poder chegar a um ponto da cidade com menor concentração de

venezuelanos também em busca desse tipo de arranjo de trabalho. Desde que chegou ao Brasil, afirmou ter feito três cursos diferentes oferecidos por instituições diferentes, mas nenhum deles levou a uma oportunidade real de emprego. No momento da entrevista, ele disse haver suspenso as buscas por um tempo – acreditava ser extremamente desmoralizante –, mas estava novamente voltando à busca já que o aniversário do filho se aproximava e ele gostaria de poder comprar um bolo para ele. Na Venezuela, foi servidor público por 20 anos.

Existe, portanto, um denominador comum entre as pessoas em diferentes situações de moradia: diante de um pico de escassez de alimentos – em quantidade ou qualidade –, as pessoas vão às ruas praticar a mendicância para que, ao menos, a próxima refeição seja variada ou de melhor qualidade. A quantidade de pessoas venezuelanas pedindo ajuda nas ruas dava às cidades uma sensação de saturação que estimulava ainda mais o ciclo de xenofobia a que estas pessoas eram diariamente expostas, com quase nada sendo feito para mudar aquele paradigma para uma abordagem integrativa e mais coesa.

Na Figura 4, temos a representação gráfica construída a partir da observação participante e de entrevistas com trabalhadores e abrigados na casa de acolhida da Funpapa⁸ destinada ao acolhimento de venezuelanos indígenas⁹:

Figura 4 – Prática da coleta e suas implicações



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Neste contexto, entendemos que uma análise completa acerca da segurança alimentar de um grupo deve levar em consideração 1) seus hábitos alimentares; 2) os sentimentos que eles evocam; e 3) suas necessidades especiais. Por exemplo, os venezuelanos não estão acostumados à ingestão diária de arroz e feijão, que são a base da dieta brasileira. Tanto indígenas quanto crioulos apontaram para o fato de sentirem frequentes desconfortos por terem dificuldade de digerir as grandes quantidades dessa combinação, diariamente ofertadas nas refeições no Brasil. Tal dificuldade perpassa também a questão do preparo em larga escala, sem os cuidados necessários para uma melhor digestão da leguminosa. Uma liderança indígena em Belém, por exemplo, apontou para o grande valor que teria, para a comunidade, um curso básico de culinária que ensinasse as melhores práticas para cozinhar os alimentos de maior disponibilidade no território brasileiro.

Observamos também que a maneira como falar sobre comida despertou emoções nos entrevistados. Eles frequentemente mencionaram que suas famílias passavam fome na Venezuela. Muitos estavam desesperados em busca de meios para enviar alimentos aos parentes que ficaram em seu país. Ouvimos relatos chocantes de idosos que ficaram para trás e se alimentavam de restos do lixo e obtinham água do esgoto. A percepção individual acerca da segurança alimentar dos entrevistados, portanto, se estendeu também aos membros da família que não migraram com eles.

E, apesar de todos os desafios até aqui narrados, não foram incomuns as narrativas de gratidão ao Brasil pela garantia de comida todos os dias, algo que não acontecia em seu país de origem. Ao cruzarmos as respostas para a pergunta “Você gosta da comida a que tem acesso?” com o tempo de permanência no Brasil, notamos que esta última informação influenciou diretamente nas respostas: pessoas com menos tempo no Brasil tendiam a ser gratos e serem menos críticos à comida oferecida pela Operação, destacando o acesso diário a alimentos como um grande progresso. Já pessoas que estavam há mais tempo no Brasil apontavam com mais veemência o cansaço com a falta de variedade, a má qualidade, a falta de opções saudáveis.

No questionário por nós aplicado em 2020, também utilizamos um bloco de perguntas que intitulamos *Escala de fome* a fim de mensurar a percepção dos entrevistados com relação à sua segurança alimentar:

ESCALA DE FOME

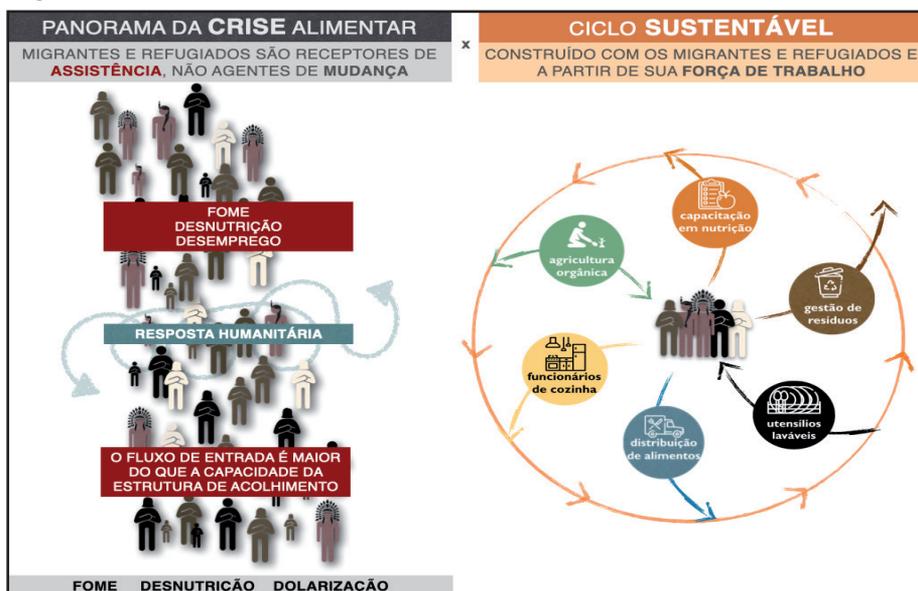
- Durante o mês passado você e sua família tiveram falta de qualquer tipo de alimento por não ter recursos para consegui-lo?

- Você sente que atualmente a sua família tem se alimentado o suficiente?
- As crianças da sua família desde que chegaram ao Brasil: ganharam peso; não houve alteração; perderam peso;
- A alimentação das crianças da sua família desde que chegaram ao Brasil: permanece igual; melhorou; piorou;
- Como você obtém dinheiro para comprar alimentos?

Através deste recurso, pudemos entender que, naquele momento, apesar de as pessoas não estarem em uma situação extrema de fome, elas sentiam fome com muita frequência, muito embora 42% dos respondentes com crianças indicaram que elas ganharam peso no Brasil, e 81% indicaram ter melhorado a alimentação das crianças no país. Portanto, fica claro que a percepção acerca da segurança alimentar individual transborda a ideia de ingestão calórica. Mesmo as pessoas que tinham 3 refeições diárias garantidas percebiam não ter comida suficiente, uma vez que as necessidades particulares de cada núcleo familiar eram raramente supridas. Desta forma, não foi possível afirmarmos que segurança alimentar era uma realidade no contexto da operação de emergência no Brasil.

Pudemos, entretanto, vislumbrar outros caminhos possíveis a partir das entrevistas e observações nas casas de acolhida que visitamos em Manaus/AM e Belém/PA, que eram vinculadas à Operação Acolhida, porém coordenadas pelos governos locais. No abrigo do Coroadó, em Manaus/AM, por exemplo, os venezuelanos abrigados eram os próprios encarregados da cozinha, em um esquema de revezamento em que foi possível notar significativas mudanças no modo de preparo das refeições. Diversas pessoas com quem conversamos no abrigo, que já haviam passado pelos abrigos de Roraima antes de chegar a Manaus, reforçaram como suas escolhas alimentares e nutricionais são melhores quando eles estão no centro do processo, atuando como protagonistas na produção, compra, preparo e distribuição dos alimentos. A Figura 5 busca ilustrar a proposta de um ciclo integrativo, em que os venezuelanos seriam agentes de tal processo.

Figura 5 - Panorama da crise alimentar***



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Ao concluirmos o diagnóstico encomendado, a principal recomendação foi a implementação de intervenções que devolvessem aos migrantes parte de sua autonomia. Garantir, ainda que temporariamente, a segurança alimentar dessa população vai além do suprimento calórico e nutricional, sendo esta segurança um elemento fundamental para a recuperação da dignidade dessa população. Permitir que possam fazer escolhas alimentares com mais dignidade impactaria diretamente em sua qualidade de vida e sua integração na sociedade brasileira.

Aqui, buscamos apresentar uma visão panorâmica das diversas camadas trazidas à tona quando nos propusemos a conduzir uma investigação acerca da segurança alimentar de nacionais da Venezuela no norte do Brasil, inseridos em um contexto de produção de crise, que apresenta a tutela humanitária como único caminho possível para gestão e controle de indivíduos.

Por compreendermos que uma análise desse contexto deve necessariamente considerar a intersecção de questões de raça/etnia, gênero, geração, cultura, questões socioeconômicas e (geo)políticas, optamos por finalizar este relato convidando as pessoas, instituições políticas e sociais, bem como movimentos populares a lançarem um novo olhar à chamada crise migratória no Brasil.

*** Acompanhando o sentido anti-horário das setas, as etapas do ciclo sustentável são: capacitação em nutrição; agricultura orgânica; funcionários de cozinha; distribuição de alimentos; utensílios laváveis; e gestão de resíduos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as pesquisas de campo acerca do acesso a suprimentos alimentares, estado nutricional e qualidade dos serviços alimentares/nutricionais direcionados à população de migrantes e refugiados venezuelanos em Boa Vista/RR, Manaus/AM e Belém/PA, identificamos diversos desafios enfrentados por essa população, que se encontrava em diferentes condições materiais e estágios migratórios. Em todas as configurações analisadas, a busca pela segurança alimentar, individual e coletiva/familiar, emergiu como um denominador comum, envolvendo tanto aqueles que permanecem no Brasil quanto seus familiares na Venezuela.

Com o auxílio de trabalhos da antropologia dos sistemas alimentares, que conecta perspectivas históricas e etnográficas às questões sociais contemporâneas para compreender processos materiais e simbólicos por trás do acesso a alimentos, podemos, a partir deste artigo, nos questionarmos sobre quem se serve da narrativa de crise migratória.

A começar pelo principal fator que impulsiona o deslocamento de nacionais da Venezuela mundo afora: a fome. Em *Food and Globalization*, Lynne Philips (2006) aponta para a forma como um olhar para a comida refletirá desigualdades estruturais, uma vez que o sistema alimentar global é marcado por desigualdades no acesso e na distribuição de recursos, afetando desproporcionalmente comunidades no chamado Sul Global. As teses defendidas no texto interligam aspectos sociais, culturais e econômicos, oferecendo uma visão crítica sobre como a comida opera como uma lente para compreender os efeitos da globalização no mundo contemporâneo.

Nesse sentido, no caso venezuelano, a narrativa de crise é forjada na produção da escassez alimentar, visto que tanto a imigração é impulsionada pela falta de abastecimento e pela perda do poder de compra dos venezuelanos¹⁰, quanto a sobrevivência desta população no Brasil é pautada na busca por acesso a alimentos de melhor qualidade.

Constatamos que indivíduos em diferentes condições de moradia – casas alugadas, abrigos, ocupações ou situação de rua – enfrentam privações básicas e sobrevivem em condições degradantes e que há um denominador comum entre eles: diante da escassez, seja na quantidade ou na qualidade dos alimentos, recorrem à mendicância como estratégia de sobrevivência, recurso recorrentemente utilizado para se garantir a próxima refeição. Este fenômeno era especialmente visível em Boa Vista, onde a concentração de venezuelanos nas ruas reforçava a percepção de saturação e intensificava ciclos de xenofobia.

Em seu trabalho intitulado *Gastro-Politics in Hindu South Asia* (1981), Arjun Appadurai nos convida a considerar o acesso à comida para além de seu valor nutricional, focando em sua compreensão a partir das relações

de poder intrincadas em trocas culturais no mundo globalizado. Nesse sentido, a soberania alimentar, bem como sua ausência, evidencia contextos sociopolíticos mais amplos, desigualdades e disputas pelo direito de definir os próprios modos de produção e consumo.

Por outro lado, o autor também destaca o fato de a comida poder servir como um marcador de pertencimento, que pode tanto unir quanto dividir comunidades, algo que se fez evidente quando alguns venezuelanos referenciavam comidas típicas de sua cultura como elementos de sua alimentação rotineira no Brasil, evocando um desejo de acessar sua identidade a partir da comida.

Finalmente, tanto Appadurai (1981) quanto Philips (2006) refletem sobre como a comida pode representar uma forma de resistência. Este ponto se torna bastante relevante quando consideramos o desejo inicial de muitos migrantes de permanecer na região da fronteira, com a expectativa de facilitar o envio de alimentos em espécie às suas famílias, uma vez que a inflação e a desvalorização do Bolívar Venezuelano (VEB) naquele momento tornavam inviável o envio de remessas financeiras, fazendo da comida o mais urgente recurso a ser compartilhado¹¹.

Nos estados que mais recebem essa população no Brasil, o ambiente saturado e hostil, marcado pela permanência prolongada em abrigos ou nas ruas, reforça a interiorização como única alternativa viável – a despeito do desejo de muitas dessas pessoas de permanecerem próximos à fronteira, próximos à sua casa e aos familiares que ficaram para trás. Dados da Organização Internacional para Migrações (OIM) informam que, entre abril de 2018 e agosto de 2024, 138.299 migrantes e refugiados venezuelanos foram enviados para 1.055 municípios brasileiros. Teoricamente, a estratégia possibilita que venezuelanos busquem novas cidades de acolhida através de processos de reunificação familiar, integração social ou vagas de emprego sinalizadas. Um olhar atento aos dados, contudo, revela que a vulnerabilidade dos venezuelanos tende a ser quase que exclusivamente absorvida por mercados específicos, onde sua força de trabalho é amplamente desejada – notadamente no agronegócio, setor paradoxalmente ligado à produção de alimentos¹².

Os estados que mais receberam migrantes desde 2018 foram Santa Catarina, com 30.758 pessoas (22,24%); Paraná, com 25.622 pessoas (18,53%); Rio Grande do Sul, com 21.518 pessoas (15,56%); São Paulo, com 14.708 pessoas (10,63%); e Mato Grosso do Sul, que acolheu 7.812 pessoas (5,65%), estados em que o agronegócio é central para a economia. Chapecó/SC, por exemplo, é a terceira cidade do país que mais recebe estas pessoas (5.764 venezuelanos até agosto de 2024).

O artigo *Migrações internacionais e trabalho: venezuelanos em áreas de agronegócio no Rio Grande do Sul* (SISO e PICOLOTTO, 2024) revela, precisamente, o papel da Operação Acolhida como vetor de interiorização. O estudo também evidencia como redes sociais migratórias, compostas por familiares e amigos previamente estabelecidos no país, facilitam o processo migratório e a integração inicial dos recém-chegados. Entretanto, mesmo com essas redes, os migrantes seguem enfrentando sérias dificuldades para acessar direitos trabalhistas, serviços sociais e assistência legal nesses contextos.

Com o passar dos anos, ficou ainda mais evidente o uso da força de trabalho venezuelana pelo agronegócio brasileiro, sobretudo a partir dos postos de triagem da Operação Acolhida. Mesmo que tal dinâmica ainda não estivesse amplamente evidente durante nossas pesquisas, identificamos textos e vídeos que mostram parcerias vigentes entre Operação Acolhida e agronegócio para inserção laboral de migrantes venezuelanos em plantas frigoríficas pelo país.

O canal oficial da Operação Acolhida no YouTube, por exemplo, celebra a atuação de empresas como a JBS no Centro de Coordenação de Interiorização (CCI) dos Postos de Triagem (PTRIG), onde ocorre a triagem e o encaminhamento de migrantes venezuelanos para as fábricas. No vídeo intitulado *Vaga de Emprego Sinalizada (VES)* (OPERAÇÃO ACOLHIDA, 2022), uma profissional de recursos humanos da JBS explica como a empresa participa do processo de interiorização através da contratação de venezuelanos migrantes.

No vídeo, a recrutadora apresenta o *Projeto Acolher*, iniciativa da JBS criada em 2019 para integrar imigrantes venezuelanos ao mercado de trabalho no setor agroindustrial. Inicialmente atuando em unidades da empresa, o projeto expandiu suas atividades em 2021, quando a corporação passou a atuar diretamente nos PTRIG e no CCI, otimizando o recrutamento para suas plantas industriais. A JBS realiza contratações para suas principais divisões — Seara, Friboi, Couros e Novos Negócios — e inclui no processo seletivo pessoas com deficiência (PCDs)¹³.

A ironia que permeia a gestão migratória na fronteira norte do Brasil se revela ao observarmos como uma crise de segurança alimentar forçou milhares de venezuelanos a deixarem seu país em busca de sobrevivência e se transformou em um mecanismo que alimenta a necessidade constante de força de trabalho superexplorada em frigoríficos brasileiros. Imigrantes fugindo da fome na Venezuela acabam inseridos em sistemas que exploram sua vulnerabilidade, direcionados pela Operação Acolhida para plantas frigoríficas em todo o país¹⁴.

O programa de interiorização converte esses deslocados em força de trabalho barata e de fácil mobilização, e nesse ciclo paradoxal, aqueles que partiram em busca de alimentos, enquanto enfrentam condições precárias de vida, tornam-se peças essenciais em uma cadeia produtiva que alimenta o mundo.

Essa dinâmica evidencia a forma como narrativas de emergência e vulnerabilidade são instrumentalizadas para sustentar mercados globais. O percurso dos venezuelanos — do colapso alimentar em seu país ao trabalho precarizado nas cadeias produtivas brasileiras — não é fruto do acaso. É resultado de políticas que transformam sujeitos em recursos produtivos, desconsiderando suas histórias, direitos e autonomias.

Apesar de ancorada no discurso humanitário, a Operação Acolhida consolida um sistema em que a vulnerabilidade se transforma em mercadoria e alimenta dinâmicas globais de exploração e consumo. Perguntar “a quem serve a narrativa de crise migratória?” nos leva a compreender que o verdadeiro jogo ultrapassa a assistência humanitária — é a perpetuação de lógicas econômicas e políticas que, sob o disfarce do acolhimento, aprofundam desigualdades estruturais em escala global.

NOTAS

¹ O Projeto Orinoco: Águas que Atravessam Fronteiras, por exemplo, busca garantir o acesso à água, saneamento e higiene (WASH) para migrantes e refugiados venezuelanos em situação de rua nas cidades de Boa Vista e Pacaraima, no estado de Roraima (Cáritas Brasileira, s.d.), através de chuveiros, torneiras e fontes de água potável.

² Em 2025, frente ao anúncio de cortes nas verbas por parte do governo americano e das agências internacionais que compõem a Operação Acolhida, o governo brasileiro declarou o compromisso das autoridades brasileiras “para reduzir os impactos da ausência das equipes da OIM na operação logística e na gestão de abrigos”, aumentando em 76% o valor da licitação para fornecimento de alimentação para imigrantes venezuelanos (PILLE, 2025).

³ “Desativado em 8 de novembro de 2024, depois de laudos da Defesa Civil de Roraima e da Secretaria de Infraestrutura indicarem alto risco de desmoronamento nas encostas próximas. A desativação ocorreu no contexto da Operação Acolhida”, que atualmente responde a uma ação civil pública movida pela Defensoria Pública da União (DPU) e pelo Ministério Público Federal (MPF) demandando “reparação dos danos causados a 310 migrantes venezuelanos dos povos Warao e E’ñepá após a desativação do abrigo Janokoida, em Pacaraima” (RODRIGUES, 2025).

⁴ Forçadamente encerrada em 2021 pela Operação Acolhida, apesar da luta de seus ocupantes — que, de acordo com Montel (2021), foram realocados em barracas dentro de abrigos superlotados e sem estrutura — pelo direito à permanência.

⁵ Nos abrigos indígenas, as dificuldades eram ainda maiores, tanto quando olhamos para os dados de 2019 quanto para os de 2020. Em 2019, a distribuição de alimentos nos abrigos indígenas era feita de forma diferente: uma vez ao dia, famílias recebiam uma porção de alimentos crus – geralmente arroz e algum tipo de carne, pelas mãos do *Aidamo* de sua comunidade (termo da língua Warao que se refere a lideranças sociais e políticas). Todos os entrevistados indígenas disseram, naquele momento, ser insuficiente a quantidade de alimentos recebida, sendo a fome uma constante. Mulheres mais velhas produziam artesanato, mas as vendas eram extremamente lentas e insuficientes para complementar o suprimento das necessidades básicas. Além disso, o calor extremo e a falta de geladeiras faziam com que os alimentos estragassem com frequência. Após diversas reclamações, em 2020 as *quentinhas* da Operação Acolhida eram também distribuídas aos abrigos indígenas em Roraima – o que seguia deixando as pessoas muito insatisfeitas e pairava nas instituições uma narrativa de que nada estava bom para os indígenas. A partir de suas falas, entretanto, pudemos conhecer um grupo de pessoas que em um primeiro momento não tinha alimento ou condições de armazenamento suficientes, e em um segundo, pleiteavam pelo direito de comer alimentos mais próximos aos que estavam acostumados. Os adjetivos “seca”, “triste”, “de mentira” foram utilizados diversas vezes por pessoas indígenas para descrever as *quentinhas* que recebiam.

⁶ Embora em um diagnóstico completo sobre desnutrição infantil seja importante fazer uma avaliação antropométrica, que calcula o Índice de Massa Corpórea de indivíduos para comparação com os níveis ideais de sua idade, investigamos esta questão a partir da lista de sintomas da OMS indicativos de desnutrição – diarreia, fraqueza, vômito, problemas de visão, alterações no ciclo menstrual, desmaios, sangramento nas gengivas –, através das seguintes perguntas: “Desde que saí da Venezuela, já teve algum destes sintomas?”; “Desde que saíram da Venezuela, seu(s) filho(s) já teve/tiveram algum destes sintomas?”. Os gráficos produzidos a partir dessas questões indicaram que, apesar de a situação de segurança alimentar de venezuelanos recém-chegados ao Brasil não estar em um estágio tão crítico como estava anteriormente na Venezuela, as pessoas estavam, ainda assim, apresentando sintomas de desnutrição.

⁷ Vimos que a vulnerabilidade se intensifica ainda mais quando se trata de pessoas com necessidades especiais, que frequentemente permanecem invisíveis naquele cenário já marcado por enormes desafios. Nossa pesquisa revelou a situação de diversas famílias que incluem crianças e idosos necessitando de cuidados especiais, imediatos ou permanentes. Como nos foi narrado, o colapso do sistema de saúde na Venezuela foi também determinante para que muitas famílias considerassem a migração como alternativa na busca por tratamento ou suporte. A realidade encontrada no norte do Brasil, entretanto, foi a de dificuldade de acesso.

⁸ Órgão municipal de Belém/PA encarregado do acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade.

⁹ Em 2024, este abrigo foi alvo de fiscalização do Ministério Público Federal por condições indignas de moradia (D’ALMEIDA, 2024).

¹⁰ Produto de anos de sanções internacionais impostas ao seu país.

¹¹ A hiperinflação na Venezuela chegou a atingir 80.000%, dificultando muito o processo, amplamente analisado nos estudos migratórios, de envio de remessas para familiares. Segundo um entrevistado, em 2020, com 50 reais – valor que superava o que se recebia por uma diária de trabalho em Boa Vista –, uma pessoa na Venezuela conseguiria

comprar uma cartela de ovos e um quilo de arroz. Por isso, na fronteira de Pacaraima, muitos comércios vendiam cestas básicas embaladas para viagem, em diferentes faixas de preço, para que as pessoas pudessem enviar diretamente para a Venezuela, por meio de transportes contratados ali mesmo, no ato da compra.

¹² Cabe assinalar, ainda que de passagem, a relação entre as formas de organização da produção e distribuição de alimentos com a estrutura que modelou a sociedade colonial cujas sombras ainda aterrorizam as sociedades capitalistas modernas. Em *Doçura e Poder*, Sidney Mintz (1986) evidencia como uma análise histórica do açúcar revela relações de poder e dominação ao longo do tempo. Mintz analisa como a produção e distribuição da commodity estão diretamente ligadas a questões de classe, raça e estruturas coloniais, revelando desigualdades que ainda hoje vigoram na estrutura de diferentes cadeias de valor da economia global contemporânea.

¹³ Em 2021, a empresa interiorizou mais de 500 imigrantes venezuelanos diretamente da fronteira. A recrutadora destaca que os feedbacks recebidos têm sido amplamente positivos, classificando o projeto como um caso de sucesso (OPERAÇÃO ACOLHIDA, 2022).

¹⁴ Para uma análise aprofundada sobre a superexploração de trabalhadores migrantes na cadeia brasileira do agronegócio, ver Bressan (2021).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA PÚBLICA. 2024. Segredos da Operação Acolhida. **Agência Pública**.

<<https://apublica.org/especial/segredos-da-operacao-acolhida/>>. (Acesso em 26 Dez. 2024).

d'ALMEIDA, Denilson. Indígenas Warao, refugiados da Venezuela, elaboram plano e listam problemas de acolhimento em Belém. **G1**, 09 Ago. 2024. <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/08/09/invisiveis-para-as-politicas-publicas-indigenas-warao-elaboram-documento-com-solucoes-para-problemas-enfrentados-em-belem.ghtml>>. (Acesso em 21 Fev. 2025).

APPADURAI, Arjun. Gastro-politics in Hindu South Asia. **American ethnologist**, v. 8, n. 3, p. 494-511, 1981.

BRASIL. Migração Venezuelana: janeiro de 2017 a dezembro de 2023. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Subcomitê Federal para Identificação e Triagem dos Imigrantes. **OBMigra**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1496/files/documents/2024-03/informe_migracao-venezuelana_jan2017-fev2024.pdf?utm_source=chatgpt.com>. (Acesso em 15 Jan. 2025).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Deslocamentos assistidos de venezuelanos**: relatório de agosto de 2024. Brasília, 2024. Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1496/files/documents/2024-09/informe_deslocamentos-assistidos-de-venezuelanos_ago24.pdf[(https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1496/files/documents/2024-09/informe_deslocamentos-assistidos-de-venezuelanos_ago24.pdf)]>. (Acesso em 11 fev. 2025).

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Operação Acolhida** [s.d.]. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/operacao-acolhida>>. (Acesso em 26 dez. 2024).
- BRESSAN, Laís Meneguello. Sacred Commodity, Profane Labor – Reflections Regarding the Spiritual Legitimacy of Asylum Seekers Working for the Brazilian Halal Meat Industry. In: VILLALEVER, Ximena Alba; MIRANDA, Bruno (eds.). **Migrant Labor in Global Chains**. Freie Universität Berlin, 2021.
- CARITAS BRASILEIRA. Projeto Orinoco: Águas que atravessam fronteiras. **Caritas Brasileira**, 2025. <<https://caritas.org.br/projeto/6#:~:text=Desde%202019%2C%20o%20Projeto%2C%20com,na%20primeira%20fase%20de%20projeto>>. (Acesso em 19 fev. 2025).
- CAVALCANTE, Kendria. Entrada de venezuelanos no Brasil cresce 18% em um ano e chega 192 mil pessoas. **G1**, 27 fev. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2024/02/27/entrada-de-venezuelanos-no-brasil-cresce-18percent-em-um-ano-e-chega-192-mil-pessoas.ghtml>>. (Acesso em 15 Jan. 2025).
- CUSTÓDIO, Rafael. Comida estragada, desnutrição e calor: denúncias nos abrigos da Operação Acolhida. In: **Segredos da Operação Acolhida**. Agência Pública, 25 Jul. 2024. <<https://apublica.org/2024/07/comida-estragada-desnutricao-e-calor-denuncias-nos-abrigos-da-operacao-acolhida/>>. (Acesso em 26 Dez. 2024).
- FOLHA BV. Empresa é acusada de tirar itens básicos de refeições de migrantes e diz que denúncia é mentirosa. **Operação Acolhida, Folha BV**, 24 Abr. 2024. <<https://www.folhabv.com.br/cotidiano/empresa-e-acusada-de-tirar-itens-basicos-de-refeicoes-de-migrantes-e-diz-que-denuncia-e-mentirosa/>>. (Acesso em 10 Jan. 2025).
- LUCKEZIE, Lucas, a. Acolhida: Justiça suspende licitação milionária e pede explicações sobre irregularidades. **Operação Acolhida, Folha BV**, 18 Abr. 2024. Disponível em: <<https://www.folhabv.com.br/cotidiano/acolhida-justica-suspende-licitacao-milionaria-e-pede-explicacoes-sobre-irregularidades/>>. (Acesso em 25 Fev. 2025).
- LUCKEZIE, Lucas, b. Acolhida: Empresa é acusada de reduzir ilegalmente custos para vencer contrato milionário. **Operação Acolhida, Folha BV**. Disponível em: <<https://www.folhabv.com.br/cotidiano/acolhida-empresa-e-acusada-de-reduzir-ilegalmente-custos-para-vencer-contrato-milionario/>>. (Acesso em 25 Fev. 2025).
- MAGNO DE OLIVEIRA, Josemberg. Operação Acolhida: Uma análise à luz das teorias que versam sobre políticas públicas. In: de JESUS, Samuel. **Marco Civil: defesa e fronteiras - geopolítica sanitária, desenvolvimento humano, meio ambiente e militarismo**. Campo Grande: Ed. Oeste, 2022.

- MINTZ, Sidney W. **Sweetness and power: The place of sugar in modern history.** Penguin, 1986.
- MONTEL, Ana Lucia. Forças Armadas desalojam indígenas venezuelanos de comunidade Ka'Ubanoko. **Amazonia Real**, 22 Jan. 2021. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/forcas-armadas-desalojam-indigenas-venezuelanos-de-comunidade-kaubanoko/>>. (Acesso em 24 fev. 2025).
- OPERAÇÃO ACOLHIDA. Vaga de Emprego Sinalizada (VES) [vídeo]. YouTube, 21 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SgyPSKqITDY>>. (Acesso em 19 fev. 2025).
- PHILIPPI, Sonia Tucunduva. **Pirâmide dos alimentos: fundamentos básicos da nutrição.** Editora Manole, 2008.
- PHILLIPS, Lynne. Food and Globalization. **Annual Review of Anthropology**, v. 35, p. 37-57, 2006.
- PILLE, Letícia. Governo faz licitação de R\$ 180 milhões para acolher venezuelanos. **Metrópoles**, 03 Fev. 2025. Disponível em: <<https://www.metrosoles.com/colunas/fabio-serapiao/governo-faz-licitacao-de-r-180-milhoes-para-acolher-venezuelanos>>. (Acesso em 25 Fev. 2025).
- R4V. **Solicitudes pendientes de la condición de refugiado por país y Personas venezolanas reconocidas bajo la condición de refugiado**, junho de 2024. Disponível em: <<https://www.r4v.info/es/solicitudes-refugiados>> (Acesso em 15 Jan. 2025).
- RODRIGUES, Caíque. Ação na Justiça acusa União de desabrigar migrantes indígenas ao fechar abrigo de forma repentina em Pacaraima. **G1**, 10 Jan. 2025. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2025/01/17/acao-na-justica-acusa-uniao-de-desabrigar-migrantes-indigenas-ao-fechar-abrigo-de-forma-repentina-em-pacaraima.ghtml>> . (Acesso em 7 Abr. 2025).
- SISO, Nayibel de los Angeles Garcia; PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Migrações internacionais e trabalho: venezuelanos em áreas do agronegócio no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 4, e282983, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9479.2023.282983>>. (Acesso em 19 fev. 2025.)

RESUMO

Este artigo analisa a produção de insegurança alimentar vivida por migrantes venezuelanos na região Norte do Brasil, à luz das práticas institucionais implementadas durante a chamada “crise humanitária” iniciada em 2015. A partir de dados empíricos coletados em 2019 e 2020 em Roraima, Amazonas e Pará, por meio de entrevistas, *surveys* e observação participante, o estudo evidencia as fragilidades do modelo de assistência baseado na tutela humanitária e operado majoritariamente pelas Forças Armadas e agências internacionais. Mesmo com o fornecimento de refeições diárias em abrigos, destacam-se a baixa qualidade nutricional, a repetição excessiva dos alimentos, o desrespeito às tradições culturais alimentares e a ausência de autonomia dos migrantes em suas escolhas alimentares. O artigo propõe uma reflexão crítica sobre a narrativa da “crise migratória”, apontando como ela serve a lógicas de controle e exploração da mão de obra migrante, sobretudo no setor do agronegócio brasileiro, e defende alternativas que promovam maior dignidade e protagonismo aos migrantes no acesso à alimentação.

Palavras-chave: migração forçada, insegurança alimentar, Operação Acolhida, Venezuela, políticas humanitárias, fronteira Brasil-Venezuela.

ABSTRACT

This article analyzes the production of food insecurity experienced by Venezuelan migrants in northern Brazil, in the context of the so-called “humanitarian crisis” that began in 2015. Based on empirical data collected in 2019 and 2020 in Roraima, Amazonas, and Pará—through interviews, surveys, and participant observation—the study reveals the limitations of the assistance model led by the Brazilian military and international agencies. While shelters provide three daily meals, the research highlights issues such as low nutritional quality, repetitive menus, cultural mismatches, and the lack of autonomy in food choices. The article critically examines the dominant narrative of a “migration crisis,” arguing that it serves mechanisms of control and labor exploitation, especially within Brazil’s agribusiness sector. It advocates for more dignified and participatory approaches that empower migrants in their access to food and integration into society.

Keywords: forced migration, food insecurity, Venezuela, humanitarian policies, Brazil-Venezuela border.